AGRO NEGÓCIO

Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro

Renegociação não contempla 82,6% das dívidas do RS

Farsul aponta R$ 7,78 bi em operações de crédito problemático pela MP 1.376; já as contratações para o plantio recuam 10,56%

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A menos de uma semana do fim da vigência da Medida Provisória (MP) 1.376/2026, a renegociação das dívidas rurais alcançou R$ 7,78 bilhões no Rio Grande do Sul. O valor equivale a 17,4% da carteira de crédito problemático do Estado. Segundo levantamento divulgado nesta quinta-feira pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), os outros 82,6% permanecem sem cobertura pelas operações contabilizadas. O quadro se agrava com a retração de 10,56% nas contratações de crédito rural no trimestre de julho a setembro, período decisivo para o financiamento da safra de verão.

A nota técnica da Assessoria Econômica da Farsul mostra que as operações vinculadas à MP somavam R$ 18,6 bilhões no Brasil até 30 de outubro, com taxa média de juros de 9,63% ao ano e prazo médio de 8,56 anos. O montante corresponde a 8,99% da carteira problemática nacional, que são as operações com dificuldade de pagamento ou que precisaram ter as condições originais modificadas. Os percentuais são uma comparação entre valores de referência, não significando que todas as dívidas não cobertas poderiam ser enquadradas na medida.

No Rio Grande do Sul, o estoque de crédito rural problemático chegou a R$ 44,89 bilhões, equivalente a 41,17% da carteira estadual. O indicador reúne operações renegociadas, prorrogadas, em atraso e inadimplentes. No País, o volume alcançou R$ 207,47 bilhões, ou 23,46% do saldo total. Os dados têm julho como referência.

A redução da oferta de novos financiamentos amplia a preocupação. Embora o RS continue liderando as contratações no trimestre de plantio, com R$ 14,36 bilhões, o volume ficou 39,53% abaixo do registrado em 2023. No mesmo intervalo, o custeio da soja recuou 58,37% e o do arroz, 44,3%. Para a Farsul, a combinação de endividamento elevado e crédito mais restrito ameaça a capacidade de investimento e a produtividade das lavouras.

Diante desse cenário, a federação defende a prorrogação da janela de renegociação, prevista até 12 de novembro, e a ampliação das operações contempladas, especialmente aquelas lastreadas em Cédulas de Produto Rural (CPRs). Também reivindica a simplificação dos procedimentos e a padronização das condições oferecidas pelos bancos. A entidade encaminhou ofícios a lideranças do Congresso, entre elas o relator da MP, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (Republicanos-PR).

A FPA intensificou as negociações nesta semana para modificar a proposta antes do fim de sua vigência, previsto para 11 de novembro. Entre as mudanças defendidas estão a flexibilização dos critérios de enquadramento, a redução dos juros e a ampliação dos prazos de pagamento.

ANTÔNIO COSTA/FOTOS PÚBLICAS/DIVULGAÇÃO/JC



Dificuldades na renegociação de dívidas rurais preocupam produtores e entidades do agronegócio gaúcho

Para a advogada Marisa Magalhães Lima, especializada em crédito rural e reestruturação de dívidas no agronegócio, as regras atuais deixam grande parte dos produtores sem alternativas para reorganizar seus passivos. "O alcance da MP é parcial. Realmente, a maioria não entra", afirma. Segundo ela, a exigência de novas garantias também dificulta a contratação, já que muitos agricultores comprometeram parte do patrimônio em operações anteriores.

Conforme a jurista, a recuperação financeira exige mais do que o adiamento dos vencimentos. Ela defende pelo menos dois anos de carência e prazo de até 20 anos para pagamento, com juros menores. "Não é uma reestruturação rápida, ela é lenta", argumenta.

Marisa alerta ainda para os riscos da substituição de contratos de crédito rural por instrumentos bancários comuns, especialmente quando acompanhados da alienação fiduciária de imóveis. Segundo ela, essas operações podem modificar as condições de pagamento e as proteções jurídicas aplicáveis. Na alienação fiduciária, o inadimplemento pode levar à consolidação da propriedade em nome do credor e ao leilão extrajudicial, observadas as exigências legais. "Tem produtor que não sabe sequer o que assinou", alerta, ao recomendar acompanhamento jurídico antes da formalização de acordos.

Para agricultores que já não conseguem obter financiamentos, Marisa aponta a recuperação judicial como alternativa a ser avaliada. O agronegócio brasileiro registrou 1.990 pedidos em 2025, recorde da série histórica da Serasa Experian. No primeiro semestre de 2026, foram contabilizadas 922 solicitações, ante 954 em igual período do ano anterior, recuo de 3,4%, indicando relativa estabilidade na procura pelo recurso judicial.

Índices da Pecuária

FONTE: INES/PEC/UFRGS

O mercado do gado gordo no Rio Grande do Sul seguiu, nesta semana, a tendência de valorização observada no cenário nacional. No estado, o boi gordo comercializado a peso de carcaça foi a categoria que apresentou a maior alta, seguido da vaca gorda a peso vivo. As demais categorias permaneceram nos mesmos patamares de preços registrados na semana anterior. Esse movimento de valorização está associado, principalmente, à menor disponibilidade de animais terminados no estado. Com a saída dos rebanhos das pastagens de inverno, a oferta de bovinos prontos para o abate se torna mais restrita, reduzindo a disponibilidade de animais para atender à demanda da indústria frigorífica e contribuindo para a sustentação dos preços. Nesta semana, o mercado de reposição apresentou valorização nos preços, acompanhando as expectativas positivas para o setor, em um cenário de menor oferta de animais para comercialização. Mesmo com a presença de animais mais pesados nas negociações, as médias permanecem em patamares elevados, reforçando a valorização das diferentes categorias e mantendo aquecida a demanda nas feiras e remates.

GADO GORDO

4/11/2026	PV MACHO	PC MACHO	PV FÊMEA	PC FÊMEA
MÁXIMO	R$ 13,50	R$ 26,00	R$ 11,50	R$ 23,30
MÉDIO	R$ 13,00	R$ 25,25	R$ 11,00	R$ 22,40
MÍNIMO	R$ 12,50	R$ 24,50	R$ 10,50	R$ 21,50

ANÁLISE DO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2026

• Apuração válida para o período de 4/11 a 11/11

Boi gordo a peso de carcaça	+ 2,0 %
Vaca gorda a peso vivo	+ 1,4%
Terneira	+0,20%
Terneiro	+5,45%
Novilha	-0,69%
Novilho	+5,98%
Vaca invernar	+4,79%

GADO DE REPOSIÇÃO

PV = peso vivo | PC = peso carcaça | •Valores à vista, em R$/kg. | •No caso de obtenção de somente um valor, usou-se o fator e 2,05 na conversão de peso vivo para peso de carcaça correspondente. | • Variações correspondentes sempre à semana anterior | ■ Estável ◎ Subiu ◓ Desceu

4/11/2026	TERNEIRA	NOVILHA			TERNEIRO	NOVILHO		VACA			
	6-12m	13-24m	25-36m	Prenhe	6-12m	13-24m	25-36m	Prenhe	Invernar	Falhada	Com cria
MÁXIMO	R$ 15,95	R$ 13,73	-	R$ 14,45	R$ 15,70	R$ 13,79	-	R$ 11,91	R$ 11,07	-	R$ 13,50
MÉDIO	R$ 14,79	R$ 12,84	-	R$ 13,55	R$ 15,14	R$ 12,58	-	R$ 11,79	R$ 10,78	-	R$ 13,15
MÍNIMO	R$ 13,62	R$ 11,95	-	R$ 12,63	R$ 14,58	R$ 11,37	-	R$ 11,60	R$ 10,49	-	R$ 12,80

OVINOS

2/11/2026	UNIDADE	CORDEIRO	BORREGO	OVELHA DE DESCARTE
MÍNIMO	R$/PV	R$ 14,54	R$ 16,88	R$ 11,86
MÉDIO	R$/PV	R$ 15,01	R$ 17,58	R$ 12,66
MÁXIMO	R$/PV	R$ 15,48	R$ 18,28	R$ 13,47

CORTES OVINOS

2/11/2026	UNIDADE	CARRÉ	PALETA	LOMBO	PERNIL	COSTELA	PESCOÇO	STINCO
MÍNIMO	R$/Kg	R$ 144,90	R$ 69,90	R$ 91,90	R$ 59,90	R$ 42,90	R$ 29,90	R$ 63,80
MÉDIO	R$/Kg	R$ 176,51	R$ 89,79	R$ 97,90	R$ 79,76	R$ 53,86	R$ 32,40	R$ 66,50
MÁXIMO	R$/Kg	R$ 179,90	R$ 109,80	R$ 99,89	R$ 89,90	R$ 69,90	R$ 34,90	R$ 69,00